

[unofficial English translation on page 3]

Organização timorense critica orçamento retificativo que considera eleitoralista

Díli, 05 mai 2022 (Lusa) - Uma organização não-governamental timorense considerou hoje que a maioria do Orçamento Geral do Estado (OGE) retificativo não se destina a apoiar pessoas vulneráveis e criticou a urgência na aprovação do diploma.

“Não devemos sacrificar o processo democrático e a transparência em nome da urgência”, defende a organização não-governamental (ONG) La’o Hamutuk, numa submissão ao parlamento, a que a Lusa teve acesso.

“Embora o Governo tenha afirmado que a retificação orçamental de 2022 é necessária para responder a uma situação de urgência, a realidade é que os programas propostos pelo Governo não são urgentes, e o apoio às pessoas vulneráveis é apenas uma pequena parte da proposta”, considerou.

Em causa está uma proposta de OGE retificativo apresentado pelo Governo ao parlamento no valor total de 1,129 mil milhões de dólares (1,06 mil milhões de euros), dos quais mil milhões de dólares (942 milhões de euros), referiu, destinam-se à criação de um fundo para veteranos.

O fundo foi uma das promessas feitas pelo primeiro-ministro timorense, Taur Matan Ruak, e pelo secretário-geral do maior partido do Governo, Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin), Mari Alkatiri, durante a campanha para as eleições presidenciais, em que os três partidos do Governo apoiaram a candidatura de Francisco Guterres Lú-Olo, derrotado por José Ramos-Horta.

O Governo pediu ao parlamento que debata o OGE retificativo com urgência para concluir o processo ainda a tempo de ser Lú-Olo a apreciar o documento, dias antes do fim do mandato, que termina em 20 de maio.

Na submissão voluntária à Comissão C, de Finanças Públicas, do Parlamento timorense, a La’o Hamutuk considerou que a tentativa do Governo aprovar com urgência o OGE retificativo, “está em desacordo com o processo normal que garante a continuidade dos princípios transparentes e democráticos”.

“É lamentável que a maioria dos deputados tenha votado a favor da urgência da proposta”, criticou. A Comissão C devia realizar consultas e discussões aprofundadas para elaborar “um relatório coerente e substantivo” a enviar à plenária, indicou.

Num texto crítico do Governo, a ONG sublinhou: “constatamos que as propostas de apoio às pessoas visam ocultar a principal intenção desta proposta: criar a FCLN”.

A organização notou que 89% do retificativo se destina ao novo Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN), cuja criação “não se baseia num planeamento claro, mas sim numa resposta a curto prazo à atual situação eleitoral e à preparação para as próximas eleições parlamentares”.

Apenas 8% do valor do rectificativo vai beneficiar a população mais vulnerável, através dos subsídios às famílias e de um programa de habitação social, com 1% para educação, sendo que os planos não são urgentes e podiam ser incorporados no OGE para 2023, considerou.

“Caso a situação económica das famílias se agrave, o Governo poderá encontrar outras formas de ajudar a população, utilizando dinheiro já autorizado no Orçamento do Estado para 2022. O Governo já tem capacidade para responder a situações que não previu”, explicou.

Especificamente, referiu os 29,5 milhões de dólares (27,7 milhões de euros) destinados este ano ao Fundo de Contingência, valor “suficiente para pagar a maioria dos novos programas propostos”.

“O Governo tem assim a capacidade de implementar a maioria dos programas propostos sem uma Retificação orçamental para 2022”.

A ONG considerou que “problemas sociais estruturais como a pobreza, a nutrição desadequada e as economias familiares em sofrimento não serão resolvidos através de decisões políticas arbitrárias”, exigindo intervenções consistentes, baseadas em evidências e “planeadas e sujeitas a uma consulta aprofundada”.

“Estamos de acordo de que é necessário um maior esforço para criar soluções a longo prazo para estas questões prementes, mas a resposta não está na introdução súbita de novas medidas durante um ciclo eleitoral”, referiu o texto.

A ONG lembrou que o OGE para este ano é “o maior da história” do país, ultrapassando os dois mil milhões de dólares (1,8 mil milhões de euros), e que o rectificativo fará aumentar o levantamento total anual do Fundo Petrolífero, este ano, para 2,44 mil milhões de dólares (2,2 mil milhões de euros).

“Será a maior transferência da história e colocará em risco a gestão financeira, a responsabilização e a sustentabilidade do Estado”, indicou, afirmando que a proposta é eleitoralista e não justifica a urgência com que está a ser aprovada.

A ONG lembrou que, nas presidenciais de 19 de abril, uma ampla maioria dos eleitores timorenses votou em José Ramos-Horta, que começa o mandato a 20 de maio, e considerou que o resultado eleitoral “não deve ser motivo para o Governo pressionar o Parlamento Nacional a aprovar legislação para que possa ser promulgada pelo Presidente cessante”.

Um processo, sublinhou, que é um precedente importante, um processo rápido e sem oportunidade de uma discussão aprofundada” e que terá grande impacto na sustentabilidade do Fundo Petrolífero.

O texto referiu também a preocupação por a maior parte dos fundos ser atribuída à categoria de transferências públicas.

O debate na generalidade do orçamento rectificativo começa na segunda-feira.

ASP // EJ
Lusa/Fim

[unofficial translation]

Timorese organization criticizes rectifying budget that it considers electoralistic

Delhi, 05 May 2022 (Lusa) - A Timorese non-governmental organisation today considered that most of the General State Budget (OGE) is not intended to support vulnerable people and criticized the urgency in approving the diploma.

“We must not sacrifice the democratic process and transparency in the name of urgency,” defends the non-governmental organisation (NGO) La’o Hamutuk, in a submission to parliament, which Lusa had access to.

“While the Government has claimed that the 2022 budget revision is necessary to respond to an emergency situation, the reality is that the programmes proposed by the Government are not urgent, and support for vulnerable people is a small part of the proposal,” they considered.

In question is a proposal for a rectifying State Budget submitted by the Government to parliament with a total value of \$1,129 billion dollars, of which one billion dollars, they refer to, is intended for creation of a fund for veterans.

The fund was one of the promises made by Timorese Prime Minister Taur Matan Ruak and the Secretary-General of the government’s largest party, Fretilin, Mari Alkatiri, during the election campaign Presidential elections, in which the three parties of the government supported the candidacy of Francisco Guterres Lú-Olo, defeated by Jose Ramos-Horta.

The Government has asked parliament to debate the rectifying OGE with urgency to complete the process still in time for Lú-Olo to appreciate the document, days before the end of the term, which ends on 20 May.

In the voluntary submission to Committee C, on Public Finance, of the Timorese Parliament, La’o Hamutuk considered that the Government’s attempt to urgently approve the rectifying OGE, “is in disagreement with the normal process that ensures the continuity of transparent and democratic principles”.

“It is unfortunate that the majority of the deputies voted in favor of the urgency of the proposal,” they criticized. Committee C should conduct in-depth consultations and discussions to draw up “a coherent and substantive report” to submit to plenary, they indicated.

In a text critical of the Government, the NGO stressed: “we observe that proposals to support people aim to hide the main intention of this proposal: to create the FCLN”.

The organization noted that 89% of the rectification is allocated to the new National Liberation Fighters Fund (FCLN), whose creation is “not based on a clear planning, but on a short-term response to the current electoral situation and preparation for the next parliamentary elections”.

Only 8% of the value of the rectification will benefit the most vulnerable population, through subsidies to families and a social housing program, with 1% for education, since the plans are not urgent and could be incorporated into the OGE for 2023, they considered.

“If the economic situation of families worsens, the Government can find other ways to help the population, using money already authorized in the State Budget for 2022. The government already has the ability to respond to situations it did not foresee”, they explained.

Specifically, they referred to the \$29.5 million allocated this year to the Contingency Fund, an amount “enough to pay for most of the proposed new programs”.

“The Government thus has the ability to implement most of the proposed programs without a 2022 budgetary rectification”.

The NGO considered that “structural social issues such as poverty, inadequate nutrition and suffering family economies will not be resolved through arbitrary political decisions”, demanding consistent, evidence-based interventions and “planned and subject to in-depth consultation”.

“We agree that greater effort is needed to create long-term solutions to these pressing issues, but the answer is not in the sudden introduction of new measures during an election cycle,” the text said.

The NGO recalled that the OGE for this year is “the biggest in history” of the country, exceeding \$2 billion, and that the rectification will increase the total annual transfer from the Petroleum Fund this year to \$2.44 billion.

“It will be the biggest transfer in history and it will put at risk the financial management, accountability and sustainability of the State,” they said, reiterating that the proposal is electoral and does not justify the urgency with which it is being approved.

The NGO recalled that, in the April 19 presidential elections, a large majority of Timorese voters voted for José Ramos-Horta, who begins his term on May 20, and considered that the election result “should not be a reason for the Government to press the National Parliament to pass legislation so that it can be promulgated by the outgoing President”.

A process, they stressed, is an important precedent, a rushed process with no opportunity for in-depth discussion” and that will have a major impact on the sustainability of the Petroleum Fund.

The text also cited concern that most of the funds would be allocated to the public transfers category.

General debate on the budget rectification begins on Monday.

ASP // EJ
Lusa/End